

Região Administrativa Especial de Macau Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Número de vagas e aceitabilidade dos cursos de formação profissional

Para elevar as técnicas profissionais dos residentes, apoiar o emprego dos locais e elevar a qualidade e o nível dos sectores, o Governo, as instituições de ensino superior e as entidades privadas têm organizado, nos últimos anos, diversos cursos de formação profissional, há cursos, alguns subsidiados pelo Governo, que em articulação com a avaliação das competências profissionais, concedem certificação e são reconhecidos em Macau ou até no Interior da China, por isso, muitos desses cursos são bastante populares entre os cidadãos.

Segundo alguns residentes, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) e a Universidade de Turismo de Macau organizaram, recentemente, alguns cursos: 22 cursos básicos de marketing *online*, com 105 vagas; 20 cursos de formação de supervisores de convenções e exposições (nível intermédio), com 227 vagas, cuja lista foi recentemente publicada; 22 cursos práticos sobre criação de lojas *online* e empreendedorismo *online* com 230 vagas; e cursos de formação em inglês para o mercado de trabalho (níveis elementar e intermédio), já na sua 8.ª edição, com apenas 20 vagas por turma. Quando o número de candidatos ultrapassa o número de vagas, a admissão e a respectiva ordem são determinadas por sorteio, quem tem menos sorte pode inscrever-se mais do que uma vez, e pode até não conseguir participar em nenhum desses cursos.

Por outro lado, no que diz respeito à divulgação de informações, com a excepção da Universidade de Turismo de Macau, mais nenhuma entidade divulgou o número de



Região Administrativa Especial de Macau Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

candidatos aos cursos em causa, pelo que não é possível saber se os mesmos são populares ou se são competitivos. Além disso, a maioria dos cursos não apresenta data de início, só é apresentado o tema genérico dos cursos para 2024 (por exemplo, convenções e exposições, técnicas digitais, hotelaria e restauração, entre outros) e os programas que concedem certificação, o que dificulta o acesso às informações e o planeamento das carreiras por parte dos interessados.

Em comparação com o período anterior à epidemia, o ambiente económico e a estrutura de emprego em Macau sofreram grandes mudanças, pelo que muitos residentes ponderaram mudar de vida, experimentando diferentes sectores ou procurando empregos mais estáveis e promissores. Devido à falta de experiência, sentem necessidade de participar em cursos de formação para aquisição de novas técnicas, na esperança de conseguirem mais oportunidades de emprego, mas muitos deles queixaram-se-me de não conseguirem trabalho devido à falta de experiência (especialmente no caso das empresas de grande dimensão). Os que mudam de profissão ou de sector e os recém-chegados ao mercado nem sequer têm oportunidade de ganhar experiência, por isso, sugere-se ao Governo que crie cursos práticos e reconhecidos pelas empresas, tendo em conta as necessidades dos sectores, para apoiar e facilitar a entrada no mercado de trabalho das pessoas sem experiência.

Assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em muitos cursos, o número de inscrições é várias vezes superior ao número de vagas, por isso, a decisão é tomada por sorteio, e os interessados muitas vezes não conseguem participar nos cursos. A fim de satisfazer as necessidades de aprendizagem dos residentes que pretendem elevar as suas



Região Administrativa Especial de Macau Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

capacidades técnicas e de promover o desenvolvimento diversificado do emprego em Macau, o Governo vai rever os resultados dos cursos e definir objectivos claros e concretos? Como é que vai melhorar a divulgação das informações sobre os cursos, incluindo o número de candidatos, a data de início, e os planos futuros, para os interessados poderem consultar, de forma eficaz, as informações e planear as suas carreiras? As informações dos cursos estão dispersas na página electrónica da DSAL, o que dificulta o respectivo acesso por parte dos residentes. O Governo vai aperfeiçoar a respectiva página electrónica e uniformizar os critérios de divulgação, com vista a facilitar a vida aos interessados?

- 2. Muitos residentes querem mudar de emprego, mas não têm experiência. Existem no mercado muitos cursos técnico-profissionais, mas não são suficientemente reconhecidos pelas empresas, e estas continuam a exigir experiência nas entrevistas com os candidatos. Como é que o Governo vai divulgar o nível de profissionalização destes cursos junto das empresas, com vista a aumentar a confiança nos candidatos que possuem a respectiva certificação? Neste momento, o Governo já definiu várias modalidades de avaliação das competências profissionais, então, de que medidas dispõe para salvaguardar que o espaço de promoção profissional e o nível salarial dos trabalhadores locais acreditados não sejam afectados pela importação de mão-de-obra?
- 3. O Governo organizou cursos de formação de montador de elementos préfabricados e cursos sobre técnicas de inspecção de infiltrações de água nos edifícios. Foram realizados apenas três cursos de formação de montador, com



澳門特別行政區立法會 ião Administrativa Especial de Maca

Região Administrativa Especial de Macau Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

um total de 57 participantes, e segundo alguns dos formandos que o concluíram, não existem postos de trabalho correspondentes, e as autoridades acabaram com a organização regular destes cursos. Porquê? Quanto ao curso de inspecção de infiltrações, o Instituto de Habitação (IH) publicou, na sua página electrónica, os dados de contacto dos formandos que concluíram o curso, com vista a proporcionar mais meios aos residentes para a respectiva inspecção, mas, com a entrada em vigor da "Lei das infiltrações de água", os contactos que tinham sido tornados públicos foram apagados. No ano passado, na resposta a uma interpelação minha, o Governo afirmou que a referida lei já regula claramente as entidades qualificadas para emitir relatórios de inspecção às infiltrações e que, por isso, deixavam de ser publicados os dados de contacto dos formandos que concluíram o "Curso de Formação de Técnicas de Inspecção de Infiltrações de Água nos Edifícios", para evitar confusões e despesas extra. Isto significa que os cursos organizados pelo Governo não são reconhecidos oficialmente. Estes dois casos de insucesso demonstram que o Governo não teve em consideração o desenvolvimento a longo prazo dos formandos e que, aquando da definição das políticas, não teve em conta o desenvolvimento da formação de talentos, o que não só representa um desperdício de recursos do Governo, como também um desperdício de tempo e esforço de aprendizagem dos residentes, em troca duma qualificação inútil e não reconhecida. O Governo já procedeu a alguma avaliação da situação? De que medidas dispõe para evitar que casos semelhantes voltem a repetir-se? Há que criar um sistema de certificação da qualificação profissional, para as partes patronal, laboral e



Região Administrativa Especial de Macau Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

governamental ficarem a conhecer melhor e de forma mais completa e objectiva o rumo do desenvolvimento, bem como os critérios da estrutura da qualificação profissional, incentivando, verdadeiramente e a longo prazo, os trabalhadores locais a frequentarem cursos de formação contínua e a obterem a respectiva certificação, elevando assim a competitividade dos talentos de Macau. Quando é que o Governo vai criar esse sistema? Aquando da concepção dos cursos, o Governo discutiu seriamente, com os serviços competentes e os sectores em causa, sobre a definição do rumo de desenvolvimento e o planeamento das carreiras?

30 de Agosto de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou